

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS DA MULHER*

*Beatriz Regina Zago de Azevedo ***

Nas últimas décadas, o debate sobre a condição feminina vem ocupando um espaço importante no mundo acadêmico. No Brasil, em particular, esse tema tem se difundido rapidamente por diversas áreas de conhecimento. Nessa gama variada de interpretações, insere-se a perspectiva antropológica, cuja importância reside não só em tratar de comparações entre culturas e sistemas ideológicos, em busca de elementos recorrentes, mas também em possibilitar a produção de etnografias específicas sobre a situação da mulher em diversos grupos e camadas sociais. Ao mesmo tempo, portanto, em que constrói um universo referencial mais amplo com base no confronto entre diferentes sistemas de representação, a Antropologia volta-se também para análises de situações específicas, empíricas.

Modismos à parte, a Antropologia parece ser hoje uma das ciências que mais permite percorrer os caminhos — e descaminhos — da teoria em direção à realidade, num esforço de, na medida do possível, permear o pensamento com o cotidiano vivido e vice-versa. Ainda que esse procedimento não seja novidade — aí está a dialética para prová-lo —, é importante reafirmar sempre a necessidade de não descartar o real, o empírico, em nome de uma “ciência maior”. Não se trata aqui de subestimar o teórico “versus” superestimar o empírico, mas sim de perceber que um e outro podem, a seu modo e com suas limitações, fornecer respostas.

Essa possibilidade que abre a Antropologia no sentido de um enfrentamento maior com a realidade resulta das próprias determinações e propósitos que movem essa ciência, ou seja, a Antropologia, entre todas as ciências sociais,

“(...) é a única que está voltada diretamente para a análise das diferenças, das formas alternativas de organização da sociedade e, portanto, é aquela que nos permite, simultaneamente, vislumbrar o que é geral e perceber a infinita variedade das formações sociais concretas” (PERSPECTIVAS..., v. 3, p. 16).

De qualquer forma, perder o preconceito com o empiricismo torna-se particularmente proveitoso nas reflexões e estudos de casos onde a mulher, sem trocadi-

* PERSPECTIVAS antropológicas da mulher (1981/85). Rio de Janeiro, Zahar. 4 v.

** Economista da FEE.

lhos, é objeto. Isso porque parecem ser seus impasses cotidianos aqueles que, mesmo ocultos na privacidade do doméstico, paradoxalmente, ajudam a desvendar sua situação social. Mais do que isso, pensar o feminino sob o ponto de vista antropológico, comparando as concepções das diferentes sociedades, significa relativizar e desnaturalizar os paradigmas que constroem a identidade feminina nas sociedades contemporâneas.

Ainda que não seja nova a chamada “antropologia da mulher”, é relativamente recente uma preocupação mais específica com a divulgação de trabalhos nesse campo. É o caso da coleção **Perspectivas antropológicas da mulher**, lançada em 1981, que, com quatro volumes publicados, já levantou assuntos variados e polêmicos, contribuindo, dessa forma, para ampliar qualitativamente o debate sobre o assunto.

Outro mérito dessa publicação é o fato de que sua pretensão de aprofundar a análise da experiência feminina em suas várias expressões não compromete a percepção de questões sociais mais amplas. Não ocorre também o contrário: ao lidar com uma temática mais abrangente, o privilégio continua a ser dado ao ponto de vista feminino. É o que asseguram as editoras da coleção, Bruna Franchetto, Maria Laura V. C. Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn: “Este projeto foi concebido por acreditar na riqueza e importância da explicitação de um ponto de vista feminino, não apenas sobre seu próprio sexo, como também sobre os demais temas de interesse social” (PERSPECTIVAS..., v. 2, l. aba da capa).

Os temas são vários, agrupando-se em cada volume em torno de uma idéia central. No volume que inaugura a coleção, a ênfase é dada à discussão do feminismo enquanto fenômeno social numa tentativa de “(...) acompanhar, tanto ao nível da produção teórica quanto da prática política das mulheres feministas, os traços ideológicos que caracterizam a modernidade desse movimento” (PERSPECTIVAS..., v. 1, p. 42). No artigo de autoria das organizadoras — **Antropologia e feminismo** —, é feito, além disso, um balanço e uma avaliação crítica dos avanços da antropologia da mulher, onde então o objetivo é examinar “(...) a incursão da problemática feminista nas ciências sociais, especialmente na Antropologia” (PERSPECTIVAS..., v. 1, p. 14).

No segundo volume, o objeto do debate constitui-se em um dos principais tópicos da discussão feminista, ou seja, a dicotomia entre o público e o privado e a relação que a mulher mantém com esses domínios. Ao domínio público associam-se o trabalho, a política, a rua, o masculino; ao privado, a casa, a família, o doméstico, o feminino. A identidade feminina definir-se-ia, portanto, prioritariamente no âmbito doméstico, domesticado.

Tal como a identidade feminina, produto de um conjunto de determinações e processos culturais, os domínios público e privado são também categorias construídas historicamente e, dessa forma, culturalmente percebidas e classificadas de modo diferente nas várias sociedades. Enfatizando, então, a necessidade de contextualizar a subordinação feminina, o conjunto dos textos incluídos nesse volume se propôs a trabalhar com algumas questões mais abrangentes, tais como a velhice, a socialização da mulher e a condição feminina em geral, com base em estudos de caso específicos.

O primeiro texto do segundo volume trata da situação de um grupo de mulheres na velhice, mostrando as novas formas de integração que elas criam com o mundo público, numa tentativa de moldar um estilo alternativo de velhice. O segundo artigo examina o enredo dos romances de M. Delly, cuja escolha como objeto de análise se justifica, segundo sua autora, Rosane Prado, pela sua extrema popularidade junto a leitoras adolescentes, particularmente na década de 50. Em suma, o enredo de tais romances aponta a construção valorativa de um modelo de mulher, funcionando como paradigma para a construção de uma identidade feminina. Nesse artigo, aparece com nitidez o jogo da oposição entre o público e o privado; neste a mulher heroína representa a casa, a família, etc., enquanto, no domínio público, não passa de uma espécie de sombra — companheira do homem. Ameaçando e de-passando os limites dessa rígida divisão de papéis do casal, aparece a anti-heroína: mulher, mas mulher política, mulher da rua.

Já no terceiro volume, ao invés de trabalhos etnográficos, é apresentado um plano de análise mais amplo que trata dos universais determinantes do ser mulher. A singularidade desses artigos está no fato de “(...) descartarem o entendimento das relações entre os sexos dentro de um esquema bastante difundido, e que já fez parte de uma tradição de pensamento, nos termos unidirecionais da dominação masculina ‘versus’ subordinação feminina”, enfatizando “(...) uma perspectiva relacional e sistêmica no intrincado jogo de construção de papéis e identidades para ambos os sexos” (PERSPECTIVAS..., v. 3, p. 10).

Tal preocupação está presente no artigo de Eunice Durhan que trata da família e da reprodução humana, à medida que propõe que se fale em uma “complexa combinação de áreas de autonomia e influência”, ao invés de restringir as relações entre homens e mulheres em termos da dicotomia dominação—submissão. Analisando a evolução da família no mundo contemporâneo com a criação e a institucionalização de novas formas de vida não familiar, a autora mostra, por exemplo, que, apesar de todas as críticas e contestações ao modelo tradicional de família, a prole continua a ser responsabilidade exclusiva da mulher, “(. . .) mas, sob outra ótica (a masculina?), essa possibilidade talvez implique uma contestação radical da família ao negar um papel para o homem” (PERSPECTIVAS. . ., v. 3, p. 12). Enfim, a maternidade/reprodução, ao se manter como resíduo, estaria comprometendo à autonomização da mulher nas formas propostas pelo movimento feminista, enquanto aos homens restaria “(. . .) uma disponibilidade quase inacessível para o feminino” (PERSPECTIVAS. . ., v. 3, p. 11).

Já do ponto de vista de Abreu Filho, o fardo biológico pode ser encarado positivamente, uma vez que significaria poder ao representar uma superioridade do feminino sobre o masculino no que se refere à natureza. É o que o autor mostra ao analisar o mito de D. Beija¹, figura feminista “poderosa” em aparente contradição

¹ D. Beija é uma figura controvertida da história regional mineira e personagem de nosso imaginário coletivo segundo o autor desse estudo, Ovídio de Abreu Filho.

com o sistema de dominação masculina que, ao mesmo tempo em que ameaça, sacraliza a maternidade e o casamento. Na verdade, o mito de D. Beija mostra a construção do paradigma do desvio feminino enquanto sedução, definindo a norma pela transgressão: “Através de uma série de inversões nas hierarquias da moral cristã, D. Beija emerge como imagem da desordem, da sexualidade não controlada, da sedução” (PERSPECTIVAS. . . , v. 3, 2. aba da capa).

Julie Taylor, ao examinar o mundo argentino dos tangos e alguns mitos femininos, como o de Eva Peron por exemplo, justifica a imagem poderosa que as mulheres projetam, também de forma incoerente com os valores patriarcais tradicionais, pela combinação que trazem de traços masculinos e femininos, o que viria a demonstrar uma certa “maleabilidade da ideologia de gênero na sociedade argentina”. Ou seja, esse estudo sugere que nas culturas latino-americanas, ao contrário do que pregam as hipóteses estereotipadas, existe uma maior flexibilidade tanto nos papéis femininos como nos masculinos:

“Assim, casos latinos podem contrastar favoravelmente em alguns contextos — não todos — com a sociedade anglo-americana, onde a falta de preocupação com as mulheres e suas ações insinua não maior liberdade para elas enquanto iguais livres dos homens, mas maiores restrições. Isto porque, ignoradas, elas competem, dentro de um sistema dominado pelo homem, com homens que lhes diminuem a própria existência, vendo-as, na melhor das hipóteses, como homens problemáticos e, na pior, como irrelevantes” (PERSPECTIVAS. . . , v.3, p. 50).

O objetivo do texto é também justapor o problema do controle dentro dos relacionamentos entre homens e mulheres à questão do controle e do poder em esferas mais amplas da sociedade. Isto porque parece haver uma associação entre a preocupação com o poder em geral e a preocupação com o controle das mulheres em particular, especialmente em sociedades patriarcais como a da Argentina e como muitas outras sociedades latinas, onde as relações de autoridade e poder, numa escala mais ampla, não apresentam estabilidade.

O controle da mulher também é objeto de estudo no texto de Aragão, onde, tendo em vista os padrões culturais brasileiros, o autor relaciona a violência cotidiana e institucional à vitalidade que caracteriza a família no Brasil. Sua tese é a de que “(. . .) a lógica e a ética familiares transbordam os limites domésticos e são constitutivas do político e social mais geral”(PERSPECTIVAS. . . , v. 3, p. 8-9). Como principal argumento, ele utiliza a centralidade da figura esposa-mãe nesse sistema e suas decorrências, ou seja, a sacralização da maternidade, a defesa da honra familiar, o permanente controle sobre a mulher e a domesticação da sexualidade, tanto masculina quanto feminina.

Em suma, a família, instituição básica dessa sociedade, e a esposa-mãe, categoria central no interior dessa instituição, não restringem sua ação e sua legitimação de comportamentos sociais ao privado ou doméstico, mas, ao contrário, expandem-nas na sociedade brasileira, invadindo o político-cívico-social. Daí advém, segundo o au-

tor, o grau de sensibilidade e de suscetibilidade que essas duas categorias, e a segunda em particular, representam para o brasileiro.²

Finalmente, no quarto volume, de acordo com as organizadoras, é realizada, de maneira mais completa em relação aos demais, uma das propostas básicas da coleção, ou seja, a simbiose entre o debate intelectual e a militância feminista. Consagrada pelo feminismo a expressão “violência contra a mulher”, examina-se nesse volume, sob diversos pontos de vista, a natureza dessa violência, na qual parece ser determinante a condição do sexo.

Além do depoimento de integrantes do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher em Belo Horizonte, relatando seus objetivos e linhas de ação, e de uma entrevista com as plantonistas do SOS-Mulher do Rio de Janeiro, expondo o tipo de trabalho que fazem, esse volume, prefaciado por Ruth Cardoso, contém dois importantes ensaios. O primeiro, de autoria de Marilena Chauí, recoloca na dicotomia privado—público, bem como na ambigüidade da figura feminina em nossa sociedade, o debate sobre mulher e violência.

Para buscar as raízes da ambigüidade feminina, a autora examina a construção jurídico-cristã da sexualidade, onde as figuras de Eva e da Virgem Maria se opõem e, ao mesmo tempo, se vinculam na tradição religiosa que associa sexo, mortalidade e mal.

Quanto à localização da mulher no espaço privado, para Chauí isso não caracteriza por si só nenhuma violência específica contra as mulheres. O que caracteriza a violência é o fato de o privado estar associado a uma idéia de privação, de restringimento da autonomia, etc. Ressalva, no entanto, a pesquisadora que essa violência não faz das mulheres meras vítimas de sua ação, uma vez que elas são também “(. . .) co-autoras, cúmplices e mesmo agentes, submetendo outros à violência e incluindo, nesses outros, outras mulheres” (PERSPECTIVAS. . . , v. 4, p. 8).

O segundo ensaio, assinado por Maria Célia Paoli, trata do exame da história contemporânea da opressão específica da mulher e de sua constituição como sujeito político na sociedade brasileira. A conclusão da autora é a de que

“O modo histórico próprio pelo qual se formou a dinâmica entre a esfera privada e a esfera pública, na sociedade brasileira, esteve profundamente ligado à construção de uma noção estreita, apropriada e tutelada de cidadania, ou seja, de uma definição claramente estatal sobre quem e o quê se qualifica como vontade, linguagem, sociedade (. . .)” (PERSPECTIVAS. . . , v. 4, p. 98).

Daí porque a orientação correta que tem assumido o movimento feminista no sentido de procurar comandar o domínio político na medida em que isso representa, para a autora, “(. . .) pôr um fim à violência da repetição e do silêncio de uma condição sufocada” (PERSPECTIVAS. . . , v. 4, p. 99).

² “Nem todas as sociedades consideram destratar-se a mãe do parceiro social como o xingamento maior, sinônimo da mais radical desconsideração. Eventualmente, chamar-se o contendor de ‘vagabundo’ ou ‘sujo’ poderá produzir o efeito procurado de desmoralização de forma mais contundente” (PERSPECTIVAS. . . , v. 3, p. 115).

O rompimento desse silêncio é o que busca a coleção **Perspectivas Antropológicas da Mulher** ao participar, neste momento de mudanças por que passa a sociedade brasileira, de uma discussão política mais ampla sobre a condição feminina. Ao ter como proposta básica o diálogo entre o debate acadêmico sobre a mulher e a produção e a prática militantes, essa coleção é, antes de tudo, um convite não só à reflexão, mas também e principalmente à ação.